

PRESENTACIÓN

Maria Emilia Prado*

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Email: emiprado@gmail.com

Recibido: 8 enero 2016 / Revisado: 12 enero 2016 / Aceptado: 2 febrero 2016 / Publicado: 15 febrero 2016

A conformação de um campo de estudo e pesquisa sobre a *história intelectual é recente*¹. Muito possivelmente o desenho deste novo terreno esteja relacionado a uma renovação no campo da História das Ideias, ao qual a História dos Intelectuais está associada, bem como à História Política. No dizer de Sirinelli, a história dos intelectuais e a história das ideias políticas, assim como a história da cultura política “pertencem integralmente à história do político”². É preciso destacar que a História Política passou por um processo de transformação nos últimos 30 anos, que lhe permitiu ser retirada do ostracismo em que se encontrava desde os anos de 1920, quando foi considerada pelos historiados- principalmente os vinculados a Escola dos Annales, como dedicada ao simples narrar de acontecimentos políticos e comprometida com a difusão de valores e ideias nacionalistas. Nesse sentido a história intelectual bem como a história dos intelectuais tem sido um campo de estudo que desde os finais do século XX tem agregado um maior número de pesquisadores e se tornado objeto constante de monografias de bacharelado, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. O presente dossiê pretende reunir aqui o resultado de trabalhos neste campo produzido por historiadores oriundos da península ibérica bem como da Ibero-América e nesse caso mais especificamente do Brasil.

Na Latino-América que aqui preferimos mais corretamente denominar de Ibero-América, o trabalho intelectual esteve desde o século XIX, momento de rompimento do estatuto colonial e de fundação dos Estados Nacionais, estreitamente vinculado à prática política. Dada à necessidade de construção de Estados Nacionais em territórios até então coloniais, sentiram-se os letrados naturalmente convocados para a reflexão acerca dos impasses gerados por esta nova situação política, jurídica e administrativa. A pouco e pouco se foi configurando uma interpenetração das ideias com a prática política, uma vez que para além da reflexão e dos projetos passaram a atuar cada vez mais na política bem como na administração pública.

A península Ibérica por sua vez não ficou muito distante dessa prática. Fosse pela necessidade de compreender o declínio proveniente da perda das áreas coloniais americanas, perda essa ocorrida ao longo do século XIX, ou para buscar alternativas ao descompasso de Espanha e Portugal diante da Inglaterra, França ou Alemanha. O fato é que os finais do século XIX bem como as primeiras décadas do século XX, foram o palco de uma densa produção intelectual que buscava alternativas para a decadência, o descompasso, a degenerescência da Península Ibérica. Nomes como Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga em Portugal bem como Miguel de Unamuno, Antonio Machado, Ramón del Valle Inclán, Juan Ramón Jiménez e José Ortega y Gasset.

¹ Sirinelli, Jean François. “Os Intelectuais”. In: Remond René (org), *Por uma Nova História Política*. Trad. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2003.

² *Ibid.*, p.236.

Os artigos que compõem este dossiê representam uma pequena mostra de estudos que buscam refletir, criticamente, sobre o pensamento e ação de um conjunto de intelectuais do Brasil e Portugal, que nas primeiras décadas do século XX continuavam a se defrontar com os desafios impostos pela modernidade de cunho anglo saxão.

Nesse sentido, o artigo de Jorge Pais de Sousa apresenta o intelectual Afonso Costa nascido na Beira Alta em Portugal no ano de 1871, formou em Direito na Universidade de Coimbra em 1894 e em janeiro de 1895 doutorou-se com a dissertação *A Igreja e a questão social*. Eleito pela primeira vez deputado em 1899. Elegeu-se também para as legislaturas de 1906-1907, 1908 e 1910. Republicano convicto Afonso Costa revelou-se um dos mais temíveis inimigos das instituições monárquicas. Ocupou na República portuguesa, proclamada em 1910, diversos cargos públicos e foi nesta condição que negociou as condições para participação de Portugal na I Guerra Mundial. O artigo procura discutir a ação de Afonso Costa bem como o sentido das negociações então realizadas no que o autor convencionou denominar a “proto-história da integração europeia”. A um só tempo revela ao leitor essa dupla característica de um intelectual que para além de intervir no debate público atua, também, na esfera da administração pública propriamente dita.

O conjunto de artigos que se segue trata, especificamente, das ideias e ação política de intelectuais brasileiros e todos como pode ser visto a seguir também exercem essa dupla característica- produtores de ideias e conhecimentos e participação no debate público com o objetivo de intervir na definição de políticas públicas bem como o exercício de funções políticas e administrativas da esfera estatal.

O texto de Adir da Luz Almeida apresenta Arthur Ramos. Nascido no estado de Alagoas em 1903 e faleceu em Paris em 1949. Em 1926 defendeu a tese de doutorado denominada "Primitivo e Loucura". Ramos insurgiu-se contra a herança das teorias raciais do século XIX e utilizou a psiquiatria, a psicanálise bem como a antropologia para analisar questões relacionadas à cultura brasileira. Também

discutiu o higienismo então utilizado para aplicação no programa educacional não no tocante à construção de uma consciência sanitária, mas sim quando isto implicava em desconsiderar e desqualificar a cultura local. O texto de Adir Almeida tem como foco exatamente essa “discussão conceitual de higiene e miscigenação”.

O próximo artigo de autoria de Marlucy de Sousa e de Sônia Araújo discute o modo como as propostas de José Veríssimo expressas no livro “A Educação Nacional” foram aplicadas ao processo de educação nacional. O livro foi escrito em 1890 e com esta obra este intelectual nascido no estado do Pará pretendeu oferecer uma proposta de reforma no âmbito educacional para o recém-instaurado regime republicano. Influenciado por ideias como: cientificismo, positivismo, liberalismo, spencerianismo, darwinismo social, procurou nessas teorias subsídios para melhor compreender a realidade brasileira e assim elaborar propostas mais eficazes para a educação na nova ordem que se instaurava: a república. As autoras ao longo do artigo discutem então o modo como as ideias expressas por Veríssimo serviram de base a um novo projeto de educação nacional.

O artigo de Raul Lanari discute um tema muito recorrente no Brasil desde o século XIX: a re-divisão do território. Desta vez o tema foi objeto de um projeto elaborado por um intelectual que ocupava um posto administrativo que lhe permitia propor medidas neste sentido. Mario Augusto Teixeira de Freitas foi um intelectual que se dedicava à elaborar “políticas estatísticas e cartográficas brasileiras nas décadas de 1920 e 1950, fundador do Conselho Nacional de Estatística e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística durante o governo de Getúlio Vargas (1930-45)”. E foi nesta condição que elaborou seu projeto destinado a criar novas unidades federadas para substituir os vazios territoriais e permitir o desenvolvimento industrial do país.

O artigo de Alexandre Rodrigues aborda o significado e o sentido do livro de Caio Prado Junior *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933. Ainda que Caio Prado tenha também se dedicado à política, o texto de Rodrigues se

dedica à análise do impacto e do significado da publicação no Brasil do livro de Caio Prado Júnior. Nascido em São Paulo, em 1907. Filho de uma família de políticos tradicionais, cupantes de cargos importantes na administração pública desde o império, Caio da Silva Prado Jr bacharelou-se em Direito, foi editor e escritor e exerceu atividades parlamentares. Em 1931 filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro. Em 1933 publicou, então, *Evolução Política do Brasil*, livro que teve papel importante na historiografia brasileira pelo caráter inovador, pois promoveu uma interpretação marxista da História do Brasil. A partir de então Caio Prado se tornava uma referência como um historiador que buscou analisar a História do Brasil utilizando-se dos conceitos e instrumentos do marxismo. É sobre este livro e seu significado na historiografia que versa o artigo de Alexandre Rodrigues.

O último artigo procura contrapor diferentes interpretações realizadas nas primeiras décadas do século XX por intelectuais brasileiros e hispano-americanos, acerca do significado e das implicações da herança ibérica na construção da identidade nacional desses países. O iberismo foi um tema que suscitou debates profundos no meio intelectual iberoamericano desde o século XIX. Como definir a identidade nacional, tema tão caro ao mundo dos séculos XIX e XX, em países que viveram a experiência colonial? Como conjugar as heranças endógenas com aquela trazida pelo colonizador? Junto a isto os intelectuais se inquietavam com o modo possível de se definir essa identidade tomando por modelo a experiência anglo-saxã? Em que sentido a herança colonial ibérica era ou não um impeditivo para isto? Esses alguns dos temas objeto de tantas reflexões e projetos formados nas primeiras décadas do século XX, projetos estes imbuídos por paixões. Reconstruir parte deste debate foi o objetivo do último dos artigos que compõem este dossiê.

Por fim, cabe destacar que estes artigos foram apresentados em uma primeira versão em três simpósios integrantes do X Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano, realizado na Universidade de Cádiz em setembro de 2014. Os textos foram objeto de debates que

resultaram no enriquecimento das questões tratadas em cada um dos artigos. Quero agradecer aos organizadores do evento que tornou possível a consolidação desse debate. Aproveito também para agradecer o convite para organizar este dossiê, tornando assim possível levar a um público ampliado o resultado destes trabalhos de pesquisa e reflexão.